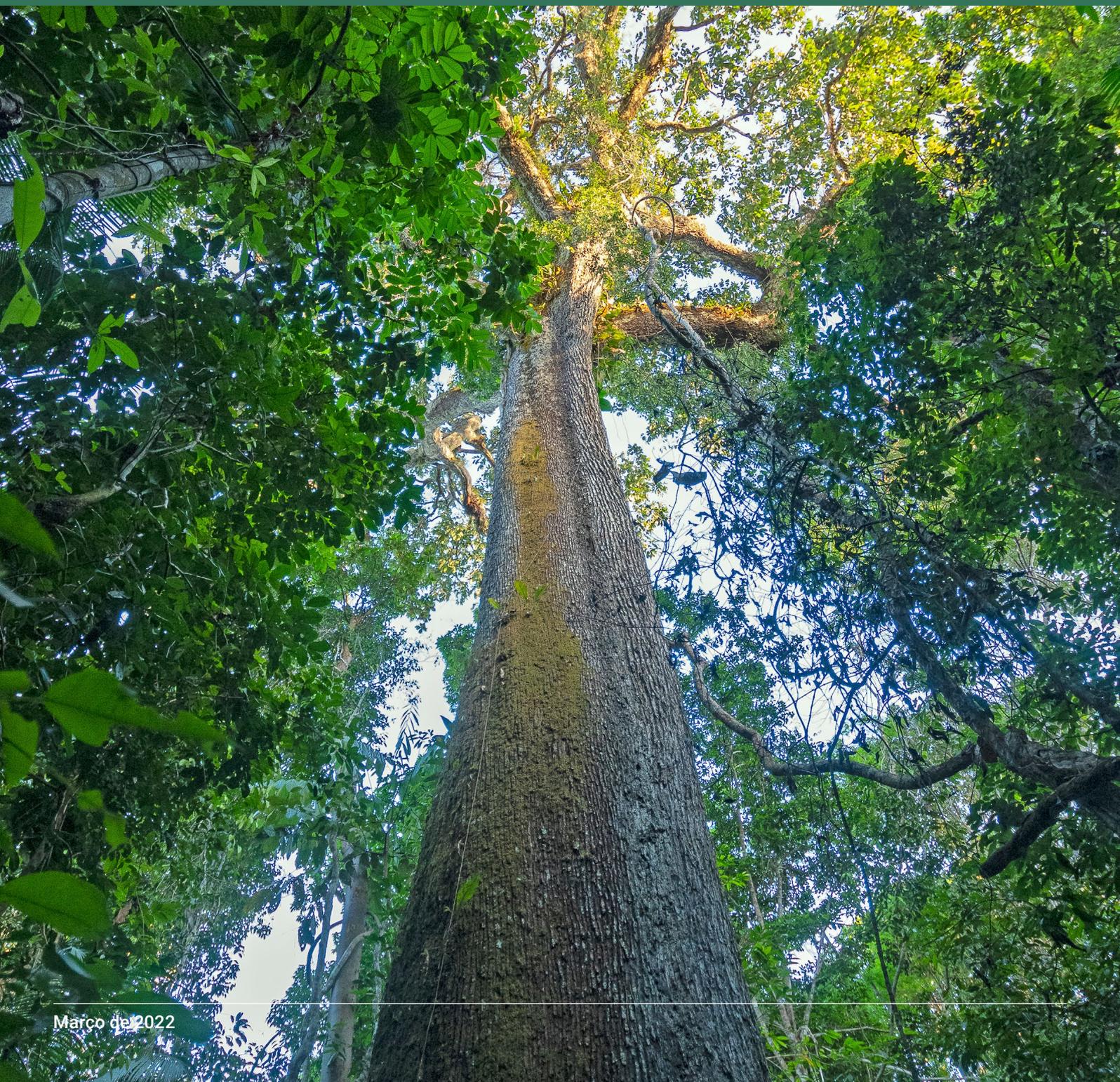


A INICIATIVA PRODUZIR, CONSERVAR E INCLUIR NO MATO GROSSO

Um caso de estudo brasileiro de abordagem jurisdiccional



PREFÁCIO



Rebeca Lima

Rebeca Lima
Diretora Executiva, CDP
América Latina



Thomas Maddox

Thomas Maddox
Diretor Global,
CDP Florestas e Terras

O desmatamento é um problema com consequências ecológicas, sociais e econômicas e não há uma solução mágica para ele. A conservação das florestas tropicais e a restauração de áreas degradadas requer uma abordagem prática. Os investidores, as empresas, os governos nacionais e subnacionais têm um papel a desempenhar na ação coletiva necessária para combater o desmatamento.

No mundo, existem alguns movimentos para combater o desmatamento, como a Declaração dos Líderes de Glasgow de 2021 sobre Florestas e Uso da Terra. Regionalmente também há avanços, graças à liderança dos governos subnacionais. As abordagens coordenadas de paisagem ou de nível jurisdicional (AJ/AP) estão rapidamente se tornando reconhecidas como uma das respostas mais eficazes ao desmatamento. Desde 2015, a Iniciativa Produzir, Conservar e Incluir (PCI), liderada pelo governo do estado do Mato Grosso (MT), vem engajando com sucesso o setor empresarial e a sociedade civil para alcançar um objetivo comum de uma jurisdição sustentável.

Não existe uma abordagem única para a implementação de AJ/AP, mas há lições a serem aprendidas com aqueles que estão mais à frente no processo de uso de tais abordagens como modelo de governança. Este caso de estudo PCI nos permite elucidar e fornecer *insights* sobre os desafios, necessidades e oportunidades enfrentados pelo Estado do Mato Grosso ao projetar e implementar uma abordagem jurisdicional.

A importância de alcançar uma relação sustentável com o nosso meio ambiente, particularmente com as florestas, está se tornando mais clara a cada dia. Cinco dos riscos mais graves nos próximos 10 anos, conforme relatado pelo Relatório de Risco Global¹ do Fórum Econômico Mundial, estão ligados ao desmatamento, incluindo as mudanças

climáticas, a perda de biodiversidade e o acesso a recursos naturais. Há, porém, uma lacuna entre o que sabemos e a ação. Gado e soja são dois dos maiores impulsionadores do desmatamento na América Latina, mas os dados corporativos² do CDP mostram que esses são dois dos setores com menor engajamento corporativo com AJ/AP, especialmente quando se considera que, em 2020, apenas 29% das empresas relataram ações relacionadas ao gado para combater o desmatamento em suas cadeias de abastecimento e 43% das empresas relataram não tomar nenhuma ação para lidar com sua exposição aos riscos de desmatamento em suas cadeias de fornecimento de soja. O alinhamento de ações por atores estatais e corporativos por meio do engajamento em AJ/AP é um componente essencial para acelerar os compromissos dos *stakeholders* nesses setores-chave.

Em 2022, o CDP apresentará um novo conjunto de perguntas, relacionado com o engajamento com AJ/AP, para as empresas, estados e regiões. As perguntas vão explorar as iniciativas gerais, investimentos, tipo de engajamento, metas, ações, responsabilidades e resultados que as empresas, estados e regiões têm com relação à AJ/AP. O CDP está confiante de que sua plataforma de divulgação será um ativo fundamental para a implementação da PCI e monitoramento transparente de seus objetivos, bem como os das empresas que fazem parte da iniciativa. A estratégia PCI, por sua vez, pode se tornar um modelo para os governos que buscam aplicar soluções efetivas ao desmatamento.

¹ Fonte: https://www3.weforum.org/docs/WEF_The_Global_Risks_Report_2022.pdf

² Fonte: https://cdn.cdp.net/cdp-production/cms/reports/documents/000/005/971/original/CDP_Global_Corporate_Report_on_Forest_Jurisdictional_Approaches.pdf?1638207724

CONTEÚDOS

Autores

Fernando Sampaio

Miriam Garcia

Norma M. Pedroza-Arceo

04	Resumo Executivo
05	Introdução
06	Abordagens jurisdicionais e de paisagem: um tema emergente para deter o desmatamento
07	Produzir, Conservar e Incluir (PCI) no contexto do Estado do Mato Grosso
10	De que maneira o Mato Grosso implementou com sucesso uma abordagem jurisdicional
12	Pilar 1: Fatores de habilitação
13	Construir e formalizar uma forte coalizão entre os <i>stakeholders</i> em nível estadual
13	Construindo uma visão compartilhada em torno do desenvolvimento sustentável
14	Pilar 2: Implementação efetiva
14	Estrutura de governança
15	Planejamento
16	Investimentos e engajamento do setor privado
18	A importância de uma estratégia regionalizada
18	Monitoramento, avaliação e aprendizado
21	Estratégia de comunicação
22	Conclusão

Avisos importantes

Os conteúdos deste relatório podem ser usados por qualquer pessoa, contanto que seja reconhecida a autoria do CDP. Isto não representa uma licença para realizar uma releitura ou revenda de qualquer informação relatada ao CDP ou aos autores apresentados neste relatório. Caso pretenda realizar uma releitura ou revender qualquer conteúdo contido neste relatório, é necessário que obtenha uma autorização prévia e expressa do CDP. O CDP preparou os dados e a análise deste relatório com base nas respostas à solicitação de informações do CDP 2021. O CDP não representa ou garante (expressa ou implicitamente) a precisão ou integralidade das informações e opiniões contidas neste relatório. Não se recomenda atuar com base nas informações contidas nesta publicação sem orientação profissional específica. Na medida permitida pela lei, o CDP não aceita ou assume qualquer compromisso, responsabilidade ou dever de arcar com qualquer consequência de qualquer outra pessoa agindo, ou se abstendo de agir, com base nas informações contidas neste relatório ou por qualquer decisão baseada sobre ele. Todas as informações e opiniões aqui expressas pelo CDP são baseadas em seu julgamento no momento da elaboração deste relatório e estão sujeitas a alterações sem prévio aviso devido a fatores econômicos, políticos, setoriais e específicos da empresa. Os comentários realizados pelos convidados incluídos neste relatório refletem os pontos de vista dos respectivos autores; a inclusão dos comentários não significa o endosso deles. O CDP, seus membros afiliados ou empresas afiliadas, ou seus respectivos acionistas, membros, parceiros, diretores, executivos e/ou funcionários, podem ter uma posição nos títulos imobiliários das empresas aqui discutidas. Os títulos imobiliários das empresas mencionados neste documento podem não ser elegíveis para venda em alguns estados ou países, nem disponíveis para todos os tipos de investidores; seu valor e o lucro produzidos podem flutuar e/ou ser adversamente afetados pelas taxas de câmbio. CDP refere-se ao CDP North America Inc., uma organização sem fins lucrativos com status de caridade 501(c)3 nos EUA e CDP Worldwide, uma instituição de caridade registrada com o número 1122330 e uma empresa limitada por garantia, registrada na Inglaterra sob o número 05013650. A pesquisa incluída neste relatório foi possível graças ao financiamento da Walmart Foundation. As constatações, conclusões e recomendações apresentadas neste relatório são do CDP e da PCI, e não refletem necessariamente as opiniões da Walmart Foundation.

RESUMO EXECUTIVO

Em 2015, o Mato Grosso estabeleceu a Iniciativa Produzir, Conservar e Incluir (PCI), uma das abordagens jurisdicionais mais conhecidas do mundo. A PCI é uma instituição independente sem fins lucrativos que visa garantir a eficácia da estratégia de desenvolvimento sustentável do Mato Grosso. A PCI envolveu vários *stakeholders* para alcançar os objetivos coletivos da agenda ambiental e rural. O Mato Grosso é um caso de estudo valioso, na medida em que promoveu a conexão entre as empresas da cadeia de fornecimento e a estratégia PCI.

O CDP trabalhou com a PCI para apresentar os principais fatores necessários para implementar uma abordagem jurisdicional que envolva investimentos do setor privado e incentivos de Redução de Emissões provenientes de Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+). Este caso de estudo destaca como implementar uma Abordagem Jurisdicional (AJ) ao compartilhar os quatro principais aprendizados do Mato Grosso.



1

O estabelecimento de uma estrutura de governança isolada ou descentralizada é fundamental para garantir que as metas das AJ de médio e longo prazo não sofram influência das mudanças dos ciclos políticos.



2

Múltiplos fluxos de financiamento da cooperação internacional permitem estabelecer a estrutura fundamental dessas iniciativas. O financiamento e o engajamento do setor privado são essenciais para estabelecer uma estrutura de governança eficaz e robusta, como o Instituto PCI, a modo de dimensionar o impacto e garantir que a jurisdição possa atingir seus objetivos.



3

Um diálogo multi-stakeholder aberto e recorrente entre governo, produtores e comerciantes é fundamental para garantir a produção de commodities livres de desmatamento e o cumprimento das metas da AJ. No caso da PCI, a formação de um Grupo de Trabalho Corporativo oferece um espaço seguro para a coordenação desses objetivos coletivos.



4

Acompanhar e divulgar informações de forma transparente sobre o progresso rumo às metas coletivas é essencial para a credibilidade da AJ. A PCI estabeleceu ferramentas de monitoramento e aliou-se com várias organizações reconhecidas mundialmente, como o CDP, para melhorar e adaptar seus sistemas de monitoramento.

O estudo de caso da PCI captura a singularidade das condições do estado do Mato Grosso, de seus *stakeholders* e dos aprendizados sobre a AJ. Essas informações são valiosas para outros estados e autoridades subnacionais interessados ou que já implementaram uma AJ. Este relatório também poderá ser de grande valia para organizações, investidores e empresas envolvidas em uma AJ. O Mato Grosso é um exemplo real de uma AJ *bottom-up* de sucesso. Há muitos aprendizados, dados e *insights* importantes apresentados ao longo do texto, na esperança de promover mais e melhores exemplos de AJ.

SEÇÃO 1

INTRODUÇÃO



ABORDAGENS JURISDICIONAIS E DE PAISAGEM

UM TEMA EMERGENTE PARA DETER O DESMATAMENTO

A conservação florestal é uma das abordagens mais econômicas para mitigar as mudanças climáticas³ e garantir a preservação da natureza e dos meios de subsistência, principalmente quando se considera países como o Brasil, em que o desmatamento é a principal causa de emissões de GEE⁴. Ao utilizar o estudo de caso do Mato Grosso, este relatório avalia o papel que as AJ podem desempenhar na contenção do desmatamento e na mitigação das mudanças climáticas. Ele explora o valor da colaboração e parcerias de vários *stakeholders* dentro das jurisdições.

Abordagens de paisagem (AP)

envolvem a colaboração de *stakeholders* em uma paisagem para promover metas de sustentabilidade compartilhadas e reconciliar e otimizar vários objetivos sociais, econômicos e ambientais em vários setores econômicos e usos da terra. Elas são implementados por meio de processos de gestão integrada da paisagem, convocando diversos *stakeholders* para desenvolver e implementar planos de uso da terra, políticas, investimentos e outras intervenções.

Abordagem Jurisdicional (AJ)

As AJ são um tipo de abordagem da paisagem nas quais a paisagem é definida por limites administrativos e o governo local assume um papel central na implementação.

O desmatamento é uma questão complexa, porém existe um consenso emergente de que as empresas que trabalham sozinhas terão dificuldades para demonstrar ambições de 'sem desmatamento' e 'sem conversão' no ritmo e escala necessários. O envolvimento de múltiplos *stakeholders*, liderados pelo governo, é cada vez mais reconhecido como um importante catalisador para gerar impactos locais positivos, ao mesmo tempo em que contribui para os compromissos nacionais e globais. Através do projeto 'Enabling Jurisdictional Approaches to Halt Deforestation'⁵, financiado pela Walmart Foundation, o CDP vem promovendo o valor das AJ para *stakeholders*, como estados, regiões, empresas e investidores.

No entanto, de acordo com os dados do CDP, há muito a se fazer para melhorar. Em 2021, 865 empresas divulgaram informações sobre seus impactos, riscos e oportunidades relacionados às florestas respondendo ao questionário de Florestas do CDP. Apenas 47 empresas em todo o mundo relataram envolvimento em iniciativas de AJ/AP, das quais apenas três mostraram apoio claro para AJ/AP por meio da iniciativa PCI no Mato Grosso. As AJ/AP estão ganhando

força, mas ainda há necessidade de promovê-las; sabemos, por exemplo, que há mais empresas envolvidas com iniciativas de AJ/AP do que aquelas identificadas no ciclo de divulgação do CDP 2021⁶. Um dos objetivos atuais da estratégia PCI é demonstrar que as AJ/AP criam múltiplas oportunidades, incluindo colaboração, ampliação de cadeias de suprimentos corporativas livres de desmatamento, troca de informações entre os principais *stakeholders* e uma estrutura de monitoramento integrada dentro da jurisdição.

Para aumentar o engajamento, o CDP e a International Social and Environmental Accreditation and Labelling Alliance (ISEAL) trabalharão juntos para atingir o objetivo coletivo de fornecer às empresas um caminho claro para apoiar e investir em AJ confiáveis que ajudarão a abordar questões críticas de sustentabilidade. Ao trabalhar em conjunto, ambas as organizações visam garantir que as jurisdições e as empresas que as originam possam relatar o progresso usando uma estrutura consistente, confiável e clara. O CDP e a ISEAL têm trabalhado em conjunto com a Iniciativa PCI para entender melhor os desafios e as oportunidades enfrentados pelas iniciativas de abordagens jurisdicionais.

3 Fonte: <https://www.globalforestwatch.org/topics/climate/#intro>

4 Observatório do Clima (2020). Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG) 2020. Extraído de: <http://plataforma.seeg.eco.br/map>

5 Para mais informações sobre o projeto 'Enabling JA to stop deforestation' veja: <https://www.cdp.net/en/forests/projects#EJA>

6 O número de empresas divulgando seu engajamento em AJ/AP por meio do CDP aumentou 74% entre 2020 e 2021. No entanto, a compreensão e o envolvimento claro em AJ/AP permanecem baixos e altamente focados em algumas áreas geográficas. Para mais informações, acesse: https://cdn.cdp.net/cdp-production/cms/reports/documents/000/005/971/original/CDP_Global_Corporate_Report_on_Forest_Jurisdictional_Approaches.pdf?1638207724

7 ISEAL supports ambitious sustainability systems and their partners to tackle the world's most pressing challenges. With a focus on credible practices, they advance scalable and effective solutions that make a lasting impact. Through our work to drive collective efforts, they make markets a force for good. For more information: <https://www.isealliance.org>

PRODUZIR, CONSERVAR E INCLUIR (PCI) NO CONTEXTO DO ESTADO DO MATO GROSSO

Estado de Mato Grosso:

Mato Grosso é um estado brasileiro que produz os maiores volumes de soja e milho. Juntos, a soja (32,4 milhões de toneladas) e o milho (31,3 milhões de toneladas) representam mais de 90% da produção total do país e abrangem uma área de mais de 15 milhões de hectares em 2019/2020⁷. O estado também possui o maior rebanho bovino, com mais de 32 milhões de cabeças de gado⁸. Esses números contribuem para que o estado seja o principal exportador do agronegócio brasileiro, (US\$ 16,6 bilhões em 2019 MDIC, 2019), respondendo por 17,3% do total nacional⁹. Embora mais de 60% das terras estejam ocupadas por vegetação nativa, o controle do desmatamento ilegal continua sendo um desafio à medida que cresce a demanda por certas commodities. De agosto de 2019 a julho de 2020, o Mato Grosso perdeu 2,4 mil km² de vegetação nativa nos biomas Amazônia e Cerrado, o que o tornou o estado com a segunda maior taxa de desmatamento da Amazônia.



Área agrícola de Mato Grosso

15 milhões de hectares

Por que o Mato Grosso é um estado relevante para a implementação da abordagem jurisdicional?

Três biomas brasileiros estão presentes no estado do Mato Grosso: Amazônia, Cerrado e Pantanal, em um território de 903.366km² – aproximadamente o tamanho da Alemanha. A vegetação nativa cobre 62% do território. Além de suas características ambientais, o Mato Grosso é uma jurisdição chave para a produção de commodities em nível nacional e internacional. Possui a maior produção de soja, milho e algodão e o maior rebanho bovino do país. A adoção de práticas agrícolas de baixo carbono em larga escala e o combate ao desmatamento ilegal são temas centrais na agenda do Estado.

Fonte: <https://www.pcimt.org/index.php/pt/institucional-pt/estrategia-pci-pt/11-departamentos-pci/institucional/88-porque-mato-grosso>

Informações sobre a PCI:

A PCI foi lançada em 2015, durante a Conferência das Partes 21 (COP21) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC, em sua sigla em inglês). A estratégia PCI reúne órgãos governamentais, organizações da sociedade civil, organizações de produtores rurais e empresas para ajudar a responder ao desafio multifacetado do Mato Grosso de maximizar a produção de commodities e reduzir as taxas de desmatamento.

Apesar de ser uma estratégia relativamente nova, a PCI já demonstra o impacto que podem ter as AJ. Por exemplo, o site *PCI Monitor*¹⁰ (mais informações no capítulo 2e) acompanha as taxas de desmatamento no bioma Amazônia. De acordo com a Estratégia PCI, espera-se que o Mato Grosso reduza o desmatamento de 5.714 km² por ano (taxa média entre 2001-2010) para um máximo de 571 km² por ano em 2030. Isto representará uma redução de 90% do desmatamento. Em 2018, o desmatamento já era 74% menor do que o período de referência 2001-2010.

8 Fonte: <https://www.pcimt.org/index.php/en/institutional-en/the-pci-strategy/16-institutional/118-why-mato-grosso>

9 Fonte: <https://sba1.com/noticias/noticia/15523/Mato-Grosso-continua-na-lideranca-com-o-maior-rebanho-bovino-do-pais>

10 Fonte: <https://www.pcimt.org/index.php/en/institutional-en/the-pci-strategy/16-institutional/118-why-mato-grosso>

Metas da PCI

A visão compartilhada entre os *stakeholders* da PCI é baseada em três princípios com indicadores específicos de desempenho (KPI, em sua sigla em inglês).

1. **Produzir:** Expansão e aumento da eficiência da pecuária, agricultura, madeira e produção de biocombustíveis. O aumento da produtividade é uma meta fundamental, pois permitirá a expansão da produção agrícola sem mais desmatamento no MT.

Exemplos de KPI: Recuperar 2,5 milhões de hectares de pastagens de baixa produtividade até 2030; aumentar a produtividade do gado de 57 para 116 kg/ha/ano; aumentar a produção de grãos de 50 para 125 milhões de toneladas até 2030.

2. **Conservar:** Conservação da vegetação nativa e a restauração de áreas degradadas.

Exemplos de KPI: Reduzir o desmatamento no bioma Amazônia em 90% até 2030; eliminar o desmatamento ilegal até 2030.

3. **Incluir:** Inclusão socioeconômica da agricultura familiar e da população tradicional.

Exemplos de KPI: Regularização fundiária de 70% dos produtores da agricultura familiar até 2030; aumentar a participação dos produtos da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para 30% até 2030

Fonte: <https://pcimt.org/index.php/en/institutional-en/the-pci-institute>



O Mato Grosso e a PCI num contexto internacional:

O Mato Grosso é uma jurisdição trifecta¹¹, um termo cunhado para designar casos de sobreposição entre AJ, REDD+¹² e compromissos do setor privado, como certificações e iniciativas de desmatamento zero para commodities (soja, gado, cacau, óleo de palma, madeira e celulose). O financiamento da cooperação internacional, por meio de REDD+, foi essencial para o estabelecimento da PCI e a implementação de suas primeiras atividades, como reuniões e *workshops* com múltiplos *stakeholders* para definição de objetivos coletivos. Paralelamente, diversas empresas que atuam no Mato Grosso aderiram à Moratória da Soja e se alinharam à estratégia de AJ da PCI. As estratégias trifectas oferecem muitos benefícios:

- ▼ Estratégias coordenadas e integradas para commodities livres de desmatamento.
- ▼ Parcerias *multi-stakeholder*
- ▼ Cooperação em nível jurisdicional entre atores públicos e privados.
- ▼ Coordenação de atores locais e entidades do setor privado que possam ajudar a fortalecer a governança e os esforços para encontrar soluções de longo prazo para o desmatamento.
- ▼ Alinhamento dos benefícios e objetivos dos diferentes atores para os programas de AJ e REDD+.

Em outubro de 2021, o Mato Grosso anunciou seu compromisso com a neutralidade climática, com base nas recém-lançadas Trajetórias de Descarbonização para o Mato Grosso. Isso permitiu que o estado formalizasse seu compromisso com a campanha 'Race to Zero'. A meta de redução de emissões do estado já foi incorporada ao conjunto de metas da Estratégia PCI. O alcance das metas da PCI e da meta net-zero do Mato Grosso está intrinsecamente ligado às metas estaduais de conservação florestal e à escalabilidade da ação climática corporativa, especialmente das empresas do agronegócio.



11 Umunay et al. (02 de Outubro de 2018). Trifecta de Sucesso para Reduzir o Desmatamento Impulsionado por Commodities: Avaliando a Interseção de Programas de REDD+, Abordagens Jurisdicionais e Compromissos do Setor Privado.

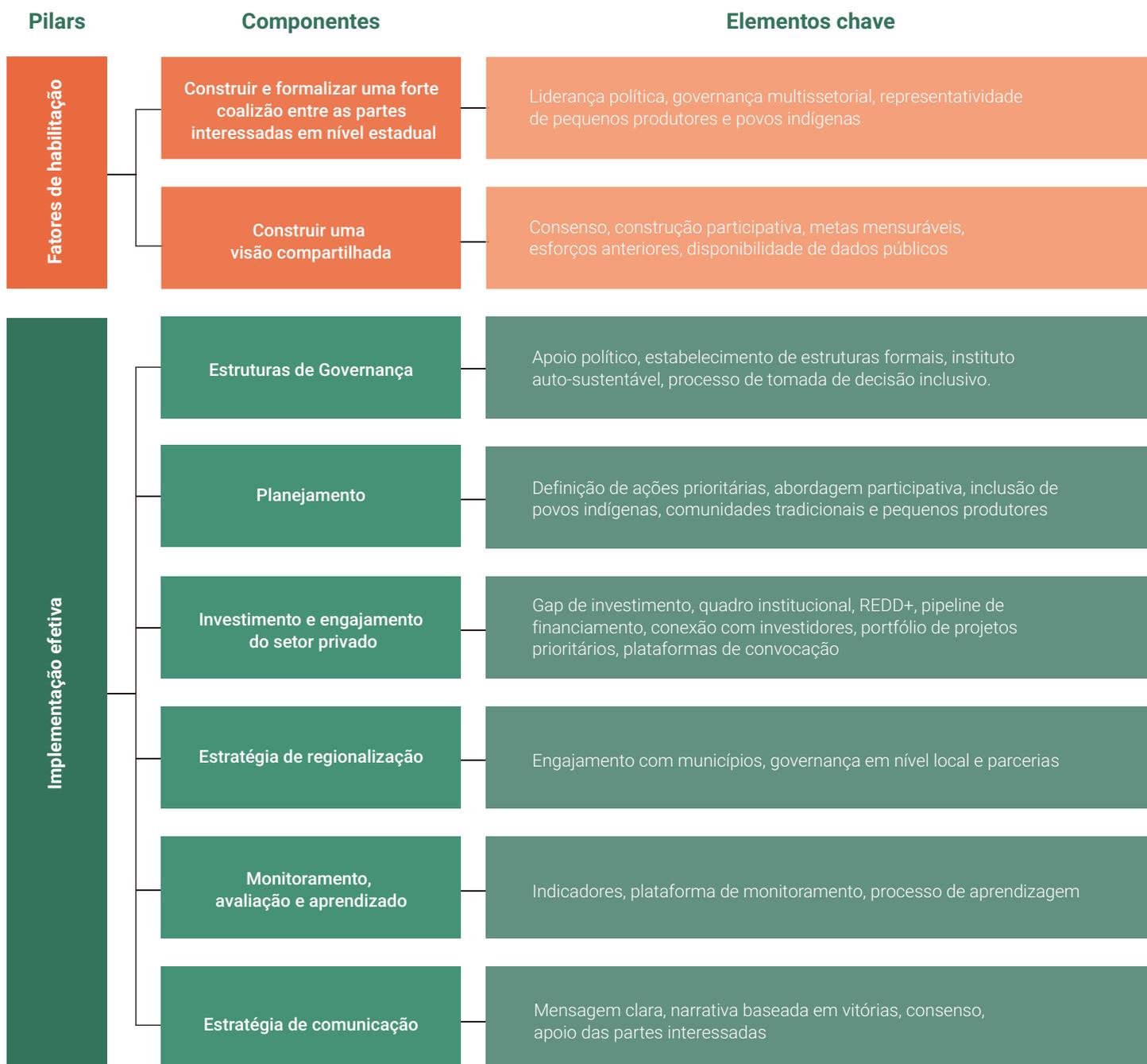
12 Para mais informações: <https://redd.unfccc.int/>

SEÇÃO 2

DE QUE MANEIRA
O MATO GROSSO
IMPLEMENTOU
COM SUCESSO
UMA ABORDAGEM
JURISDICIONAL

A AJ do Mato Grosso está em operação há seis anos e tem informações valiosas para compartilhar. O caso de estudo do Mato Grosso pode ser analisado através de duas perspectivas: avaliando o papel dos fatores de habilitação; e olhando para a implementação efetiva. Dividir o caso de estudo nessas duas categorias nos permite compartilhar as lições aprendidas.

Figura 1. Fatores da PCI que ajudaram a executar uma Estratégia de Abordagem Jurisdiccional



PILAR 1

FATORES DE HABILITAÇÃO

O caso de estudo do Mato Grosso demonstra que é vital a existência de um ambiente propício criado pelo governo e múltiplos stakeholders (incluindo os federais e os internacionais) nas AJ. O apoio do estado do Mato Grosso facilitou a formação e manutenção da PCI. O lançamento da Estratégia PCI, que levou à implementação da AJ.

A linha do tempo abaixo exemplifica o poder do apoio estatal, bem como a necessidade de contribuições de vários stakeholders. Graças ao impulso gerado pela galvanização de ações *multi-stakeholders* na jurisdição e pelo apoio do estado, foi possível convocar um grupo de stakeholders para desenvolver uma AJ com objetivos compartilhados de produção, conservação e inclusão da sociedade.



2007-2009

Políticas estatais

Entre 2007-2009, o governo do Mato Grosso reforçou as políticas estaduais de conservação, reduzindo significativamente o desmatamento na jurisdição. No entanto, é importante ressaltar que essas políticas de conservação não tinham compensações ou incentivos para os proprietários de terras, como por exemplo o pagamento por serviços ambientais, nem para os governos, por meio de programas como o REDD+.



2010

Compromissos Corporativos

Em 2010, o fórum de bens de consumo (CGF, em sua sigla em inglês) emitiu uma resolução para atingir o desmatamento líquido zero até 2020 nos principais setores de commodities, incluindo soja e carne bovina, enviando um sinal positivo para o governo implementar políticas florestais mais ambiciosas¹³.



2012-2013

Leis e Regulações

A lei brasileira de proteção da vegetação nativa (Código Florestal) foi definida em 2012. Em 2013, o Mato Grosso aprovou o sistema REDD+ através de uma lei estadual¹⁴.



2014-2015

Comunidade Internacional

Entre 2014 e a COP21, em dezembro de 2015, ocorreram diversos diálogos multissetoriais e projetos de campo que conectaram produção e conservação e que foram liderados por organizações de produtores e ONGs no Mato Grosso. Em 2014, a Declaração de Florestas de Nova York também estimulou compromissos renovados de empresas e governos subnacionais.



Liderança política subnacional

O apoio e a adesão política ao mais alto nível (Gabinete do Governador) é fundamental para reunir os primeiros apoiadores e atrair os primeiros recursos e financiamento.



¹³ Fonte: <https://www.theconsumergoodsforum.com/blog/2017/04/12/implementing-and-scaling-up-the-cgf-zero-net-deforestation-commitment/>

¹⁴ Algumas das iniciativas mais importantes de AJ surgiram graças a instrumentos financeiros, como a Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+) e outros programas de pagamento por serviços ambientais, que permitem a transferência de recursos com base em resultados na redução do desmatamento dentro de uma determinada jurisdição.



Construir e formalizar uma forte coalizão entre os *stakeholders* em nível estadual

As AJ dependem de uma forte coalizão entre os *stakeholders* mais relevantes que atuam na jurisdição e de uma forte liderança política. Elas devem representar os interesses dos grupos sociais com menor poder político e econômico. Esses *stakeholders* podem reunir-se para implementar uma visão compartilhada para o território que proporcione resiliência frente a transições políticas. Apesar da mudança de liderança política no estado, a coalizão de atores engajados na PCI conseguiu garantir o apoio do novo governo estadual e manter o apoio do setor público, privado e da sociedade civil.

A governança multissetorial da iniciativa PCI foi formalmente reconhecida pela criação do Instituto PCI em 2019. O Instituto é gerenciado e governado de forma autônoma pelos atores que participam da AJ. A nova gestão do governador Mauro Mendes, iniciada em 2019, reconheceu oficialmente essa estrutura como um instrumento de implementação da AJ e de políticas públicas relacionadas. O estabelecimento de estruturas de governança *multi-stakeholder*, como o Instituto PCI, foi fundamental para a transição política suave (que permite a conclusão de metas de médio e longo prazo).



Construindo uma visão compartilhada em torno do desenvolvimento

O valor de uma visão compartilhada é garantir que os atores da jurisdição cheguem a um consenso e determinem os objetivos coletivos em torno do desenvolvimento sustentável. No Mato Grosso, a visão compartilhada focou no desenvolvimento sustentável da jurisdição e na adoção de metas mensuráveis e com prazos que representem as diferentes visões e interesses de todos os *stakeholders* envolvidos. A PCI integra as políticas existentes, com base nos esforços anteriores para reduzir o desmatamento, e expande a conformidade com o Código Florestal.

A expectativa da PCI para o Mato Grosso é alcançar o desenvolvimento social e econômico através do uso sustentável do território, por meio da:

- ▼ **Implementação de práticas agrícolas adequadas** nas áreas produtivas existentes, como intensificação de pastagens para pecuária sustentável, sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF), técnicas de manejo integrado de pragas (MIP) e outros.
- ▼ **Proteção de remanescentes de vegetação florestal nativa** dos biomas Amazônia, Cerrado e Pantanal do Mato Grosso, restaurando áreas de vegetação nativa para conformidade ambiental (Código Florestal Brasileiro), reduzindo a degradação florestal e incêndios florestais, e incentivos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) em áreas passíveis de desmatamento legal.
- ▼ **Melhoria dos meios de subsistência locais:** Engajar-se com produtores da agricultura familiar, povos indígenas e comunidades tradicionais para demonstrar como a PCI pode melhorar suas vidas.
- ▼ **Integração do setor de agronegócios:** Um dos pilares da PCI é tornar o agronegócio um ator relevante na conservação da vegetação nativa em áreas privadas; isso ajudará a cumprir os compromissos de sustentabilidade nas cadeias de suprimentos e expandir os mercados. Além disso, permitirá a criação de oportunidades em torno de REDD+ e promoverá o desenvolvimento econômico e a inclusão social de pequenos agricultores e comunidades indígenas e tradicionais.

PILAR 2

IMPLEMENTAÇÃO EFETIVA

A experiência do Mato Grosso mostra que os critérios abaixo são fundamentais para a implementação efetiva de uma AJ:

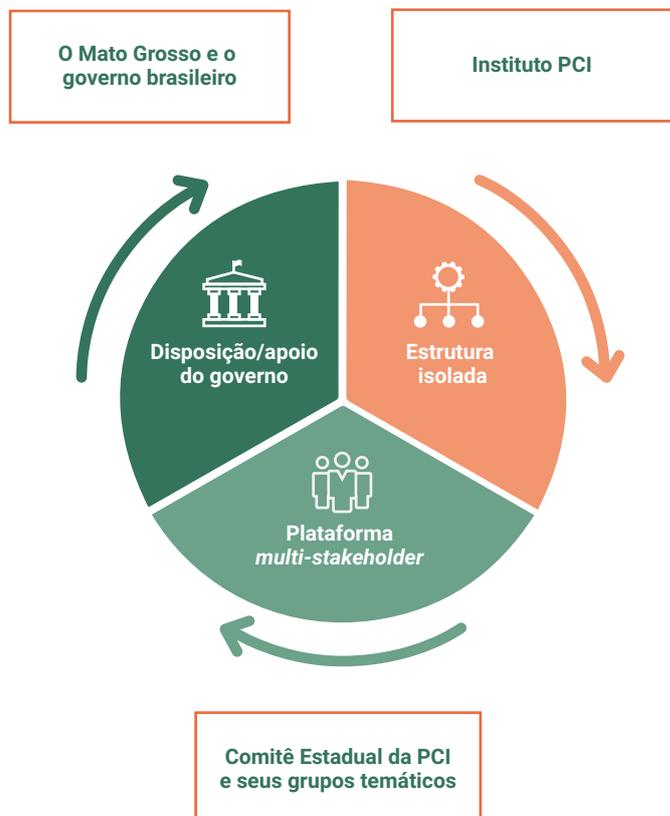
- ▼ uma **estrutura de governança** formalizada que facilita a implementação e o processo de tomada de decisão,
- ▼ um **processo de planejamento robusto e participativo** que resulta em uma estratégia de AJ com as ações de implementação de diferentes setores,
- ▼ investimentos e **fluxo de capital financeiro** de várias fontes, incluindo o setor privado,
- ▼ um plano para **regionalizar a estratégia** da AJ por meio do envolvimento com setores administrativos menores de operações (como municípios ou distritos),
- ▼ sistema robusto de **monitoramento, avaliação e aprendizado**,
- ▼ uma **estratégia de comunicação** para maximizar o impacto ao compartilhar resultados.

Estrutura de governança

O primeiro passo na implementação da PCI foi a formalização da coalizão de *stakeholders*, via Decreto Estadual. Isso criou o Comitê Estadual da PCI (CEEPCI – Comitê Estadual da Estratégia PCI), com quatro círculos eleitorais: secretarias governamentais, organizações de produtores, setor privado e sociedade civil. A formalização da PCI exigiu o apoio do governo e dos *stakeholders* do Mato Grosso. Vinculada ao gabinete estratégico do governo do Mato Grosso, a estrutura da secretaria foi financiada pelo IDH, um dos primeiros apoiadores da PCI. Além disso, foi contratado um diretor executivo para facilitar a implementação. Isso permitiu que a iniciativa tivesse um ponto focal exclusivo para articular todas as contribuições dos *stakeholders* para a Iniciativa PCI.

Uma estrutura formal de governança é fundamental para implementar e alcançar metas de longo prazo. As abordagens jurisdicionais são geralmente lideradas ou co-lideradas por governos subnacionais. Portanto, é importante que a estrutura de governança da AJ possa resistir aos ciclos políticos para não prejudicar a estratégia de metas coletivas e de longo prazo. Isso permite a consolidação de uma política de longo prazo por meio de um instrumento de governança transparente, inclusivo, protegido de preferências políticas e flexível o suficiente para servir como mecanismo de financiamento de políticas relacionadas à PCI.

Figura 2. Ciclo de boa governança e o exemplo do Mato Grosso



A criação do Instituto PCI, citada anteriormente, foi uma das ações listadas pelo Banco Mundial como parte do pilar ambiental de um projeto de Empréstimo para Políticas de Desenvolvimento (DPL, em sua sigla em inglês) de US\$ 250 milhões. O estabelecimento de uma estrutura de governança *multi-stakeholder* isolada e descentralizada é um ativo para os doadores, pois fornece garantias institucionais e legais para o financiamento fornecido. Outros estados brasileiros seguiram o exemplo da PCI, estabelecendo fundos ou números isolados para atrair doadores internacionais e multilaterais.

Conforme especificado em seu estatuto, a atribuição do Instituto PCI é prestar assessoria sobre políticas públicas, medidas e incentivos técnicos e financeiros para criar um ambiente para que o Mato Grosso possa atrair doadores e

investidores. Além disso, o instituto deve fornecer assistência técnica na geração de um sistema robusto de monitoramento, relatórios e verificação (MRV) para avaliar os programas e projetos implementados sob a estratégia da PCI. O governo do Mato Grosso nomeia o instituto PCI para desempenhar essas funções em nome do estado.

Também é essencial que a estrutura de governança tenha desde cedo apoiadores capazes de sustentar seu desenvolvimento inicial. O Instituto PCI foi apoiado pelo IDH e pelo REDD+ Early Movers Program (REM). Ainda assim, outros parceiros, como CDP, ISEAL, Tropical Forest Alliance, GIZ, Instituto Centro Vida e seus membros apoiaram os processos de desenvolvimento do Instituto.



Planejamento

An essential step for the effective implementation of a JA is planning. **Planning involves creating an action plan, through a collaborative discussion among actors and setting priorities to achieve a shared vision.**

No processo de planejamento para o Mato Grosso, o primeiro passo que a PCI seguiu foi realizar uma análise dos atores, projetos e iniciativas existentes. Existiam mais de 200 iniciativas de programas governamentais, empresas, produtores e ONGs. Um roteiro com 25 ações-chave divididas em 105 etapas foi criado a partir de mais de 70 propostas e alternativas de implementação de diferentes setores em torno de prioridades. Foram definidos cinco temas transversais como pilares para a estratégia PCI:

- ▼ **Mecanismos de financiamento** para aumentar o acesso ao crédito e compensar a conservação.
- ▼ **Conformidade ambiental e restauração florestal:** registro e validação de propriedades rurais e restauração de áreas degradadas.
- ▼ **A regularização fundiária** como uma das condições viabilizadoras da estabilidade do mercado.
- ▼ **Estabelecer mercados** para os produtos da sociobiodiversidade, bem como para as commodities, tanto para os compradores regionais quanto para os internacionais.
- ▼ **Tecnologias e melhores práticas de produção** para aumentar a produtividade e reduzir os impactos negativos por meio da inovação e promover uma economia de baixo carbono.

Embora tenha havido progresso na implementação das ações acima, uma lição importante aprendida foi a necessidade de diferenciar as ações com base no nível de envolvimento externo (como regulamentos que precisam ser aprovados ou capacitação dentro do governo, por exemplo), e ações que eram necessárias no nível da paisagem (como assistência técnica ou recuperação de áreas degradadas, onde a necessidade é ganhar escala).



Investimentos e engajamento do setor privado

O capital financeiro e o investimento são um grande desafio para cada AJ e, para resolver o problema, os recursos devem ser combinados e aplicados estrategicamente, incluindo orçamento governamental, linhas de crédito rural, facilidades de redução de risco, recursos de cooperação internacional e, claro, investimentos privados. A PCI foi fundada para coordenar o diálogo entre doadores e investidores e angariar recursos necessários para a transição para uma agricultura sustentável e de baixo carbono.

A transição da produção agrícola e pecuária existente no Mato Grosso para padrões de baixo carbono requer investimentos substanciais. No lançamento da PCI, os custos foram estimados em R\$ 39 bilhões (US\$ 11 bilhões) até 2030. No estudo posterior, o Unlocking Forest Finance, GCP e IPAM¹⁵ descobriram que R\$ 46 bilhões (US\$ 13 bilhões) estava mais próximo do valor necessário para fazer a transição das principais cadeias de suprimentos do Mato Grosso para modelos de baixo carbono e para proteger as florestas.

Em 2021, o Instituto PCI coordenou um estudo do International Sustainability Institute (IIS) para entender o gap financeiro e os instrumentos disponíveis para financiar a implementação da PCI até 2030.

Financiamento Inicial: 2016 - 2020

Os resultados indicaram que de 2016 a 2020 foi necessário um total de **R\$ 16 bilhões** (ou US\$ 3,2 bilhões) e que foram arrecadados de 135 projetos e ações financiados pelo governo (incluindo crédito rural) relacionados às metas da estratégia PCI.

Falta de Financiamento 2020 – 2030

O estudo também estimou um gap financeiro de **R\$ 150 bilhões** (US\$ 30 bilhões), que seriam necessários para financiar totalmente a implementação da PCI até 2030. **Aproximadamente 80% do gap financeiro na PCI precisa ser preenchido pelo setor privado** (principalmente para a restauração de pastagens, florestas plantadas, aumento da produtividade do gado e restauração de reservas legais e matas ciliares).

Os 20% restantes precisam ser financiados por outros setores e sob a responsabilidade do estado do Mato Grosso. As principais atividades incluem: regularização fundiária, controle do desmatamento, assistência técnica aos pequenos produtores, gestão de áreas protegidas e aumento do cumprimento do Código Florestal.



¹⁵ Fonte: https://www.researchgate.net/publication/328562903_Instrumentos_financeiros_para_a_agricultura_sustentavel_O_estudo_de_caso_do_Mato_Grosso

Desde o seu lançamento, a PCI mobilizou diversas parcerias, impulsionando investimentos para apoiar a estratégia de AJ. O IDH foi um dos primeiros investidores na Estratégia PCI, incluindo investimentos para aumentar a capacidade do governo e apoiar projetos de campo. Além disso, o apoio legislativo do Mato Grosso e o sistema REDD+ permitiram que o estado e a PCI tivessem acesso a alguns recursos financeiros importantes, como o programa REDD+ Early

Movers (REM). O programa REM, financiado pelo banco de desenvolvimento alemão KfW, cofinanciado pelo Reino Unido, foi concebido também para apoiar os objetivos da PCI.

A PCI pretende encontrar compradores e empresas comprometidos nas principais cadeias de suprimentos do Mato Grosso e se engajar com eles para promover o progresso no nível da paisagem.

Em setembro de 2018, durante a Cúpula de Ação Climática Global na Califórnia, a PCI lançou o Grupo de Ação Corporativa. Os objetivos do grupo são:

- ▼ Alinhar os compromissos corporativos com a AJ no Mato Grosso.
- ▼ Ser um canal para as empresas fornecerem *feedback* sobre a estratégia da PCI do ponto de vista corporativo.
- ▼ Fornecer um local para facilitar o engajamento corporativo em projetos locais; ou outras oportunidades para apoiar os objetivos da PCI.

O Grupo de Ação Corporativa e as empresas envolvidas na PCI também ajudam a desenhar os programas e projetos que compõem o acesso de financiamento do Instituto PCI, o que gera mais engajamento corporativo na AJ. Empresas como o Carrefour, por exemplo, alinham imediatamente sua estratégia de sustentabilidade às metas da PCI. Até o momento, JBS, Cofco, Soft Commodities Forum, Bayer e outras empresas estão engajadas em projetos relacionados à PCI por conta desse esforço. A criação desse grupo de trabalho potencializa a troca de informações, lições aprendidas e apoia a visão dos *stakeholders* corporativos com a PCI.

Em 2022 o Instituto PCI, com apoio da Aliança ISEAL, lançará uma atualização do PCI Pitchbook para investidores e corporações interessadas em investir no Mato Grosso.

O Pitchbook conterá vários projetos e iniciativas com potencial de expansão, ajudando assim a acelerar a implementação da PCI no local. O atual PCI Pitchbook, publicado em 2019 com o apoio do Environmental Defense Fund, pode ser encontrado aqui: [PCI-PitchBook-final-online.pdf \(edf.org\)](#)

Por fim, o Estado de Mato Grosso é membro de plataformas de convocação como a Tropical Forest Alliance e o Governor's Climate and Forests Task Force (GCF Task-Force). O engajamento nessas plataformas apoiou o Estado a conectar a jurisdição a novos mercados e investidores. No entanto, o principal desafio continua sendo a definição do modelo de negócio do instituto e a sustentabilidade financeira de longo prazo.



A importância de uma estratégia regionalizada

É fundamental conquistar a adesão das comunidades locais e dos municípios e em uma jurisdição do porte do Mato Grosso, com grande diversidade socioeconômica e ambiental, que divide responsabilidades com outros entes federativos. Reconhecer a diversidade de questões, especialmente relacionadas à agenda socioeconômica, é de suma importância.

A PCI vem trabalhando com o Programa Estadual de Municípios Sustentáveis para disseminar sua AJ entre os municípios do Mato Grosso. Como resultado, juntamente com o IDH, os pactos municipais da PCI¹⁶ foram elaborados em algumas localidades. Os **pactos municipais** são uma forma inovadora de implementar a governança em vários níveis, conectando metas municipais e estaduais. No entanto, até o momento, essa estrutura de governança ainda não está oficialmente vinculada à PCI.

Atualmente, a PCI possui Pactos Regionais nos municípios de Barra do Garças, Sorriso e Vale do Juruena e ainda conta com um quarto compacto em Tangará da Serra (em construção). Cada região tem sua própria governança e metas (derivadas das metas gerais da PCI e específicas da região). A estrutura de governança e os objetivos detalhados de cada compacto da PCI estão disponíveis em: <https://www.pcimt.org/index.php/pt/regionalizacao-pt/11-institucional/85-pactos-regionais>

As estratégias da AJ precisam ter objetivos compatíveis com a região geral a que pertence. Por exemplo, os compactos regionais da PCI se encaixam na estratégia da PCI em nível estadual, pois conectam ações, demandas e oportunidades locais com o estado, trazendo mais investimentos e parceiros. Além disso, os compactos da PCI são formas de acelerar a mudança no território e engajar os stakeholders relevantes, como comunidades locais, produtores, empresas e compradores.



Monitoramento, avaliação e aprendizado

Uma AJ robusta requer um sistema de monitoramento e avaliação. Tanto o tempo (para entrar em acordo com todos os *stakeholders*) quanto o investimento (para financiar a plataforma e a análise de dados necessária) precisam ser considerados ao desenvolver um sistema abrangente de monitoramento e avaliação. **O rastreamento de informações é fundamental para aprender e entender quais áreas estão progredindo e quais áreas precisam de mais atenção.** Os questionários do CDP para empresas, estados e regiões contribuem para facilitar o monitoramento e o relato das abordagens jurisdicionais.

A PCI entendeu o valor de medir o progresso, identificando pontos críticos para ação informada e tomada de decisão no Mato Grosso, e o potencial para demonstrar resultados. A informação é vital para negociar e tomar decisões. Os *stakeholders* precisam transformar dados agregados em *insights* que ajudarão a apoiar decisões e projetos de políticas. Todos os dados coletados das ferramentas de monitoramento devem ser compartilhados de forma transparente entre os principais *stakeholders* e acessíveis a todos os cidadãos em um repositório público e por meio de processos participativos¹⁷.

Um Comitê de Monitoramento da PCI desenvolveu indicadores que se alinham com seus objetivos estratégicos e ajudaram a acompanhar o progresso. Além disso, uma plataforma de monitoramento (<https://www.pcimt.org/index.php/pt/monitoramento-pt>), com um painel PCI, está em vigor para fornecer informações aos *stakeholders* interessados na Jurisdição do Mato Grosso. Isso proporciona aos investidores, empresas, sociedade civil e autoridades governamentais confiança e transparência na evolução e seguimento do progresso da AJ.

¹⁶ Um compacto para o Mato Grosso, é um modelo de abordagem jurisdicional em nível municipal que também está contribuindo para a realização da AJ em nível estadual, por meio da implementação municipal.

¹⁷ Fonte: <https://www.icv.org.br/2021/03/publicacao-mostra-avancos-da-estrategia-pci-em-mato-grosso/>

Table 1. Indicadores de monitoramento para PCI

PCI	Número	Objetivo	Indicador
Produzir	1	Recuperar 2,5 Mha de áreas de pastagem de baixa produtividade até 2030	▼ Hectares
	2	Aumentar a produtividade do gado para 116 kg/ha/ano até 2030	▼ kg/ha/year
	3	Expandir a área de grãos em áreas de pastagens degradadas para 14,69 milhões de hectares até 2030	▼ Grain area (soybean) ▼ Agricultural area of the reference year that overlaps the pasture area of the previous year
	4	Aumentar a produção de grãos para 125 Mt até 2030	▼ Mton/year
	5	Expandir a área sob manejo florestal sustentável para 6 Mha até 2030	▼ Area under Sustainable Forest Management Plan (PMFS)
	6	Aumentar a produção de madeira plantada para 11,75 Mm ³ até 2030	▼ Volume da produção florestal
	7	Expandir a área de florestas plantadas em áreas já abertas para 800.000 ha até 2030	▼ Área florestal plantada ▼ Área plantada com eucalipto e teca em áreas já abertas
	8	Aumentar a produção de biocombustíveis para 13 milhões de m ³ até 2030	▼ Produção de biodiesel a partir de sebo bovino, óleo de semente de algodão, outros (mil metros cúbicos) ▼ Produção de etanol de milho (mil metros cúbicos) ▼ Produção de etanol de cana-de-açúcar (mil metros cúbicos)
Conservar	9	Conservar 60% da cobertura de vegetação nativa do Estado do Mato Grosso	▼ Proporção da área do estado coberta pela vegetação natural ▼ Área de vegetação secundária
	10	Reduzir o desmatamento na floresta em 90% até 2030, sendo 84% até 2024 tendo como referência a linha de base: 2001-2010 (PRODES) de 5.714 km ² , atingindo 571 km ² /ano até 2030	▼ Área de vegetação desmatada mapeada pelo Prodes Floresta ▼ Porcentagem de redução da linha de base
	11	Reduzir o desmatamento no Cerrado brasileiro em 95% até 2030, sendo 83% até 2024 com referência na linha de base de 3.016 km ² (SEMA), atingindo 150 km ² /ano até 2030	▼ Área de vegetação desmatada mapeada pelo Prodes Cerrado ▼ Porcentagem de redução da linha de base

PCI	Número	Objetivo	Indicador
Conservar	12	Eliminar o desmatamento ilegal até 2030	<ul style="list-style-type: none"> ▼ Área da Amazônia desmatada sem autorização do estado ▼ Área do Cerrado desmatada sem autorização do estado ▼ % de desmatamento não autorizado sobre o total
	13	Reduzir os spots com alertas de aquecimento em 30% em relação ao período de referência de 2010 a 2019 (28.300 hotspots) até 2030	<ul style="list-style-type: none"> ▼ Spots com alertas de aquecimento
	14	Eliminar a extração ilegal de madeira até 2030	<ul style="list-style-type: none"> ▼ Percentual de extração ilegal de madeira/ano sem autorização no estado
	15	Conservar 1 milhão de ha de área potencialmente dentro dos critérios legais de desmatamento	<ul style="list-style-type: none"> ▼ Área preservada sujeita a desmatamento legal ▼ Área sujeita a desmatamento legal recebendo algum incentivo econômico (em hectares)
	16	Cadastrar 90% dos imóveis rurais (CAR) até 2024	<ul style="list-style-type: none"> ▼ Área CAR registrada em relação à área registrável
	17	Validar 90% de CARs até 2024	<ul style="list-style-type: none"> ▼ Área do CAR validada em relação aos demandantes
	18	Regularizar 1 milhão de ha (100%) de áreas de preservação permanente degradadas (APP) até 2030	<ul style="list-style-type: none"> ▼ Área de Preservação Permanente Degradadas com acordos firmados
	19	Regularizar 5,8 milhões de ha (100%) de Reserva Legal, com 1,9 milhão de ha para recomposição, até 2030	<ul style="list-style-type: none"> ▼ Área de Reserva Legal Degradada com acordo firmado
	Incluir	20	100% de adesão dos municípios no SEIAF até 2030
21		Aumentar o Valor Bruto da Produção da Agricultura Familiar de 1,2 bilhão para R\$ 2 bilhões até 2030	<ul style="list-style-type: none"> ▼ Valor bruto em reais por ano
22		Aumentar a participação de produtos da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para 30% até 2030	<ul style="list-style-type: none"> ▼ Participação (%) de produtos da Agricultura Familiar comercializados no PNAE / total ▼ Valor total de produtos da Agricultura Familiar comercializados no PNAE (R\$)
23		Aumentar o acesso de crédito ao Pronaf de R\$ 882 milhões para R\$ 1,3 bilhão/ano até 2030	<ul style="list-style-type: none"> ▼ Valor do financiamento acessado pela agricultura familiar no estado ▼ Número de contratos do PRONAF ▼ Proporção do DAP ativo sobre a população da agricultura familiar
24		Realizar a regularização fundiária de 70% dos lotes da agricultura familiar até 2030	<ul style="list-style-type: none"> ▼ Proporção de lotes titulados em assentamentos federais ▼ Proporção de lotes titulados em assentamentos estaduais

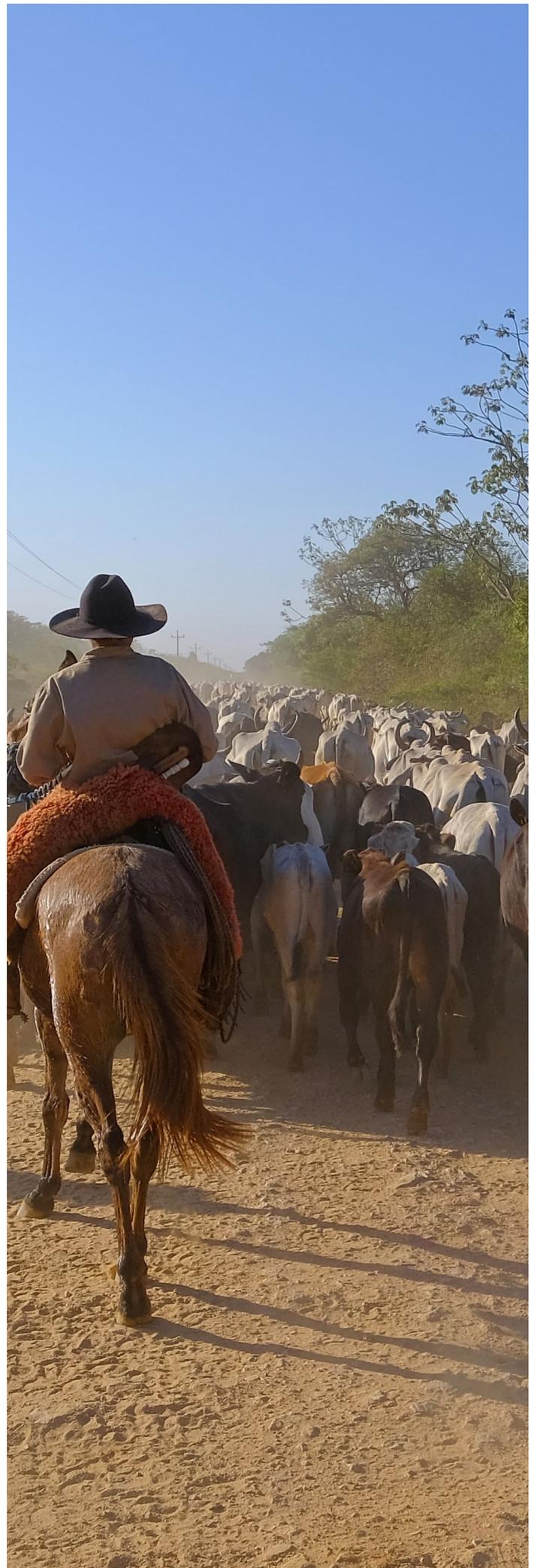


Estratégia de comunicação

A comunicação é fundamental para as abordagens jurisdicionais bem-sucedidas, pois afeta a governança, o engajamento e o monitoramento dos *stakeholders*. **Os objetivos da AJ podem ser difíceis de comunicar, devido à tendência de trabalhar em silos e setorizar a paisagem. Portanto, é essencial ter uma estratégia de comunicação abrangente. Além disso, a comunicação e a capacitação são fundamentais para negociar e unir as visões de diferentes *stakeholders*, concentrando-se nos objetivos compartilhados e não nos interesses individuais dos *stakeholders*.**

No caso do Mato Grosso, a necessidade de uma estratégia de comunicação foi negligenciada, principalmente por falta de recursos. No entanto, a iniciativa ainda pôde ser promovida por múltiplos *stakeholders*, incluindo o Governo do Estado, TFA e a força-tarefa do GCF. Isso deu ao instituto PCI mais confiança e visibilidade que ajudaram a atrair investidores locais e internacionais.

Apesar de seu crescimento em popularidade, muitas questões permanecem em torno das iniciativas de AJ. Portanto, é necessário que o Mato Grosso e outras AJ definam mensagens claras, com base no que cada grupo de *stakeholders* espera da AJ.



SEÇÃO 3

CONCLUSÃO

A PCI foi criada para reduzir as emissões de carbono por meio do controle do desmatamento e da promoção de uma economia de baixo carbono. A PCI também visa alcançar o desenvolvimento socioeconômico e sustentável no Mato Grosso. Se a iniciativa conseguir os investimentos necessários, o Mato Grosso poderá reduzir 6 giga-toneladas de CO₂, aumentar a regulação ambiental, aumentar o PIB agrícola em R\$ 5 bilhões e melhorar a inclusão social de mais de 100 mil agricultores familiares, demonstrando o valor de uma AJ eficaz. Os aprendizados apresentados neste estudo de caso foram divididos em dois pilares: **fatores de habilitação e implementação efetiva.**

PILAR 1

Fatores de habilitação

Os fatores de habilitação são as condições permanentes ao longo do ciclo de planejamento (análise, projeto, implementação, monitoramento & avaliação e adaptação) necessárias para garantir uma implementação subsequente da estratégia bem-sucedida. Neste relatório, destacamos os fatores que permitiram o sucesso da implementação e estabelecimento da PCI, como a importância do apoio político de alto nível e formalização do estabelecimento da AJ e a adoção de uma visão compartilhada envolvendo representantes do setor privado e da sociedade civil. Além disso, os fatores de habilitação da AJ do Mato Grosso estão intimamente ligados ao estabelecimento do Instituto PCI, fornecendo uma estrutura de governança descentralizada para coordenar vários setores e *stakeholders* em direção aos objetivos comuns.

PILAR 2

Implementação efetiva

A implementação efetiva de uma AJ depende de fatores de habilitação, e esse pilar está focado nos processos e boas práticas que a PCI seguiu para implementar sua estratégia. Os principais componentes identificados para uma implementação eficaz de AJ incluem: ter uma estrutura de governança com definições claras de papéis e responsabilidades para a implementação da AJ que inclua uma plataforma multi-stakeholder e, que seja apoiada pelo governo estadual, ter um processo de planejamento robusto, regionalizar a estratégia conectando-se com as especificidades locais, a necessidade de investimento e fluxo de capital, ferramentas de monitoramento e avaliação e uma estratégia de comunicação.

Ainda há muito a ser feito para reduzir as taxas de desmatamento e trazer benefícios socioeconômicos aos ecossistemas florestais. No entanto, é inegável que a liderança dos governos subnacionais em conjunto com os compromissos do setor privado é fundamental para combater o desmatamento e garantir o desenvolvimento sustentável das regiões no curto, médio e longo prazo.

Para isso, em 2021, a PCI aliou-se com a ISEAL para criar uma análise piloto, com o objetivo de desenvolver orientações sobre monitoramento, verificação, reivindicações e métricas para avaliar o desempenho. O Instituto Centro Vida (ICV), um dos principais parceiros da PCI, entregou (i) uma avaliação da estrutura de monitoramento da PCI, (ii) um plano para fortalecer o programa de monitoramento da PCI e (iii) um mapa das empresas que operam no Mato Grosso e estão engajadas com a PCI. Essas implementações de atividades foram baseadas na orientação da ISEAL sobre Reivindicações *Jurisdicionais Críveis*¹³, cujos resultados serão publicados em breve.

O CDP alavancará o trabalho da ISEAL, ICV e PCI em seu trabalho futuro no alinhamento da divulgação de empresas, estados e regiões para incentivar, apoiar e relatar os esforços para traçar o caminho para abordagens jurisdicionais confiáveis e monitoramento do progresso de todos os *stakeholders*. Isso será baseado nas novas métricas nos questionários. O CDP também continuará seu trabalho de engajamento com governos subnacionais, empresas e cadeias de suprimentos. A divulgação é o primeiro passo da jornada para entender melhor as ações ambientais que levam à responsabilização de investidores, formuladores de políticas e consumidores. E para finalizar, as ações são compatíveis com um cenário resiliente e net-zero.

Autores

Fernando Sampaio
Miriam Garcia
Norma M. Pedroza-Arceo

Agradecimentos

Thomas Maddox
Rebeca Lima
Nadia Bishai
Ricardo Woldmar
David D'Hollander
Patrick Mallet

Comunicação

Maddy Bravery
Brenda Couto
Henry Fogarty

CDP Worldwide

4th Floor
60 Great Tower Street
London EC3R 5AZ
Tel: +44 (0) 20 3818 3900
climate@cdp.net
www.cdp.net

Com o apoio da **Walmart Foundation**



SOBRE O CDP

O CDP é uma organização global sem fins lucrativos que administra o sistema mundial de divulgação ambiental para empresas, cidades, estados e regiões. Fundado em 2000 e trabalhando com mais de 590 investidores com mais de US\$ 110 trilhões em ativos, o CDP foi pioneiro no uso de mercados de capitais e compras corporativas para motivar as empresas a divulgarem seus impactos ambientais e reduzir as emissões de gases de efeito estufa, salvaguardar os recursos hídricos e proteger as florestas. Mais de 14.000 organizações em todo o mundo divulgaram dados por meio do CDP em 2021, incluindo mais de 13.000 empresas que representam mais de 64% da capitalização de mercado global e mais de 1.100 cidades, estados e regiões. Totalmente alinhado à TCFD, o CDP detém o maior banco de dados ambiental do mundo, e as pontuações do CDP são amplamente utilizadas para impulsionar investimentos e decisões de compras para uma economia zero carbono, sustentável e resiliente. O CDP é membro fundador da Iniciativa Science Based Targets (SBTi), We Mean Business Coalition, The Investor Agenda e a iniciativa Net Zero Asset Managers.

Entre em cdp.net ou nos siga nas redes sociais [@CDP](https://twitter.com/CDP) para saber mais.